



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 16/12/2020. Publicação: 17/12/2020. Edição nº 233/2020.

forma da legislação vigente que rege a matéria, bem como exigir a conformação do Plano Municipal de Saúde 2018-2020, da Programação Anual de Saúde 2020 e do RAG 2020 à pandemia de covid 19, que alterou o cenário epidemiológico”.

Como diligência inicial, determino:

1. Que se expeça ofício ao gestor municipal, para que:
 - a. Informe qual/quais os servidores do município cadastrados para fazer a inserção dos instrumentos de planejamento no “Sistema DigiSUS Gestor/Módulo Planejamento”;
 - b. Explique o motivo pelo qual ainda não foi realizado o primeiro acesso ao Sistema, razão pela qual o município não inseriu nenhum instrumento;
 - c. Proceda com a inserção imediata de tais instrumentos no “DigiSUS – Módulo Planejamento”, devendo, ao fazê-lo, observar as orientações que constam das Notas Técnicas nº 05 e 075/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS, do Ministério da Saúde, ou seja, contemplar o conteúdo do Plano de Contingência para enfrentamento do novo coronavírus e os recursos financeiros recebidos para o combate à pandemia, a fim de que tais documentos sejam submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Saúde na plataforma DigiSUS – Módulo Planejamento.

Para auxiliá-la no acompanhamento, nomeará como secretário o Técnico Ministerial Patrício Ribeiro Félix, matrícula nº 1068840, compromissando-o e encarregando-o de proceder às notificações necessárias, podendo expedir certidões sobre seu teor.

Proceda o secretário com a autuação desta Portaria e registro em livro próprio, bem como sua publicação na Imprensa Oficial.

Cumpra-se.

Poção de Pedras/MA, 14 de dezembro de 2020.

* Assinado eletronicamente

MARINA CARNEIRO LIMA DE OLIVEIRA
Promotora de Justiça
Matrícula 1070473

Documento assinado. Poção de Pedras, 15/12/2020 09:43 (MARINA CARNEIRO LIMA DE OLIVEIRA)

*Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento PORTARIA-PJPPS,

Número do Documento 162020 e Código de Validação 7650E41901.

REC-PJPPS - 122020

Código de validação: BC4A315C0F

RECOMENDAÇÃO

Transição Municipal. Organização e funcionamento do Sistema municipal de educação. Aplicação dos recursos dos precatórios do FUNDEF.

A PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA DE TITULAR DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PEDREIRAS/MA, RESPONDENDO PELA COMARCA DE POÇÃO DE PEDRAS/MA, com fundamento no art. 26, § 1º, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 013/1991 c/c art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/93, e na Resolução CNMP nº 164/2017,

CONSIDERANDO que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” – artigo 205 da Carta Magna -1988;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei Federal nº 9.394/94, estabelece no seu artigo 4º que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante, entre outras garantias, o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (art. 4º, VIII);

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional nº EC 108/2020, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

CONSIDERANDO as diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, elaborado conforme determinação da Lei nº 13.005/14, que cria o Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO o entendimento do Tribunal de Contas da União, firmado nos Acórdãos nº 1824/2017, 1962/2017, 1518/2018 e 2866/2018, de que: a) os recursos provenientes de dos precatórios do FUNDEF são constitucionalmente vinculados à educação e, por isso, devem ser empregados integralmente em ações de educação; b) qualquer uso em área outra, inclusive para pagamento de honorários advocatícios, será considerado desvio de finalidade, acarretando consequências como instauração de Tomada de Contas Especial; c) a fim de garantir a rastreabilidade desses recursos, estes devem ser depositados em conta específica, pois não é recomendável a mistura desses valores com outros decorrentes do FUNDEF, pois tem regimes de aplicação diferenciados; d) a subvinculação de 60% (sessenta por cento) dos valores recebidos por tais precatórios para remuneração dos profissionais da educação resta prejudicada: pode resultar graves implicações futuras quando exauridos tais recursos, podendo haver afronta a dispositivos constitucionais (irredutibilidade salarial, teto remuneratório e princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade); e) a

15



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 16/12/2020. Publicação: 17/12/2020. Edição nº 233/2020.

natureza extraordinária dos recursos advindos da complementação da União obtida via judicial afasta a subvinculação estabelecida no art. 22 da Lei nº 11.404/2007 (Acórdão nº 1962/2017 – TCU – Plenário); f) a aplicação desses recursos deve ser definida em cronograma de despesas que englobe mais de um exercício financeiro;

CONSIDERANDO que, nessa mesma senda, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Medida Cautelar em Mandado de Segurança 35675/DF, da Relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso, afirma o seguinte: “Em síntese, os fundamentos elencados para obstar a aplicação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007, foram os seguintes: (i) a norma incide tão somente sobre ‘recursos anuais’; ii) dada a natureza eventual do recurso, após seu esgotamento, haveria o problema da irredutibilidade salarial; (iii) risco de ultrapassar o teto remuneratório constitucional; (iv) ofensa aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da economicidade; (v) ofensa aos artigos 15, 16 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal. 15. Em sede de cognição sumária, os argumentos postos acima são relevantes e possuem ampla razoabilidade, o que faz com que não esteja presente, neste momento processual, a probabilidade de existência do direito invocado pelo impetrante. É verdade que, no julgamento das ações civis ordinárias nºs 648, 660, 669 e 700, o pleno desta Corte, ao confirmar a condenação da União ao pagamento da diferença do Fundef/Fundeb, manteve a vinculação da receita à educação. Esse fato, todavia, não importa em reconhecer de forma automática que deva ser mantida a subvinculação de 60% para pagamento de remuneração dos profissionais do magistério como requer a impetrante. 16. A probabilidade do direito invocado é esvaziada, principalmente, por conta de dois argumentos. Em primeiro lugar, o art. 22 da Lei nº 11.494/2007 faz expressa menção a 60% dos ‘recursos anuais’, sendo razoável a interpretação que exclui de seu conteúdo recursos eventuais ou extraordinários, como seriam os recursos objeto deste mandado de segurança. Em segundo lugar, a previsão legal expressa é de que os recursos sejam utilizados para o pagamento da ‘remuneração dos professores no magistério’, não havendo previsão para a concessão de abono ou qualquer outro favorecimento pessoal momentâneo, e não valorização abrangente e continuada da categoria”;

CONSIDERANDO que os recursos adicionais oriundos dos precatórios do FUNDEF devem ser vinculados intertemporalmente a um plano de aplicação estratégica, tentando alcançar o cumprimento tempestivo das metas ainda não vencidas do Plano Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a campanha institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão “A CIDADE NÃO PODE PARAR: CAMPANHA PELA TRANSPARÊNCIA

NA TRANSIÇÃO MUNICIPAL”, instituída pelo Ato Regulamentar nº 388/2016 — PGJ, consta no PGA – Programa Geral de Atuação do MPMA (2018-2020) e tem por objetivo garantir a efetividade do disposto no art. 156, §1º e incisos da Constituição do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO a proximidade do final da presente gestão e o dever de plena observância das regras de transição de mandato pelos gestores do Poder Executivo e a necessidade de resguardarem-se os bons gestores municipais e as boas práticas administrativas; CONSIDERANDO ser diretriz do Ministério Público, ante o eventual início de novo mandato no cargo de Prefeito (a), de colaborar e orientar juridicamente, no estrito âmbito do controle externo da legalidade e sem ingressar na discricionariedade administrativa, instar os gestores a proceder o mais corretamente possível no tocante à gestão dos recursos públicos municipais, a exemplo do FNDE; CONSIDERANDO o dever dos atuais prefeitos de assegurar a continuidade dos atos da administração pública, em especial com a permanência dos serviços essenciais prestados à população e com a manutenção do seu quadro funcional, com a guarda e manutenção dos bens, arquivos, livros e documentos públicos em seu poder, tendo em mira a proximidade da transição administrativa que ocorrerá em muitos municípios do Estado;

CONSIDERANDO que o processo de transição de governo é extremamente necessário porque, além de servir como marco crucial de definição de responsabilidades, evidencia o espírito público dos gestores envolvidos, em que possíveis adversidades políticas são deixadas momentaneamente de lado, em prol do bem estar da população, a fim de que não haja descontinuidade na execução das políticas públicas de interesse dos governos locais e federal, como também possibilite o adequado exercício do controle, de forma mais republicana possível, sem acarretar transtornos desnecessários para a Administração Pública e para a sociedade;

RESOLVE:

RECOMENDAR ao Município, na pessoa do Exmo Sr. Prefeito Municipal (em final de mandato 2017-2020) e, também, ao Ilustríssimo Sr. Prefeito eleito - mandato de 2021-2024, a adoção das providências abaixo:

1. Que seja informado à equipe de transição todas as ações adotadas pelo Município visando assegurar a correta aplicação do FUNDEB/FUNDEF;
2. A composição do Conselho Municipal de Educação, do Conselho do FUNDEB e demais comissões ou conselhos com atuação junto às ações e políticas educacionais no Município;
3. A elaboração, ou manutenção, do PAE – Plano de Ação Estratégica para aplicação dos recursos oriundos dos precatórios do FUNDEF;
4. Não remessa de anteprojeto de lei para a respectiva Câmara Municipal de Vereadores referente à subvinculação de percentual para pagamento de professores com recursos dos Precatórios referente ao FUNDEF;
5. Em caso de recebimento de lei aprovadas pela Câmara Municipal de Vereadores dessa urbe, que trate da subvinculação de percentual para pagamento de professores com recursos dos Precatórios referente ao FUNDEF, exerça seu poder de veto, inclusive por inconstitucionalidade formal e material, além de danosa à probidade administrativa;
6. Adotar todas as medidas administrativas necessárias para assegurar a continuidade dos atos e contratos da Administração Pública, concernentes a educação, transportes escolar, fornecimento de material escolar, fornecimento de merenda escolar;
7. Apresentar informações atualizadas e discriminadas sobre todos os recursos, receitas, despesas, contratos, e demais ações e investimentos advindos dos Programas do Governo Federal em prol do município no tocante à educação.

Publique-se no Diário Eletrônico do Ministério Público e no Boletim Interno da Procuradoria Geral de Justiça.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 16/12/2020. Publicação: 17/12/2020. Edição nº 233/2020.

Poção de Pedras/MA, 14 de dezembro de 2020.

* Assinado eletronicamente

MARINA CARNEIRO LIMA DE OLIVEIRA

Promotora de Justiça

Matrícula 1070473

Documento assinado. Poção de Pedras, 14/12/2020 10:44 (MARINA CARNEIRO LIMA DE OLIVEIRA)

*Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento REC-PJPPS,

Número do Documento 122020 e Código de Validação BC4A315C0F.

REC-PJPPS - 132020

Código de validação: FBOE293902

RECOMENDAÇÃO

Recomendação ao Prefeito e a(o) Secretária(o) de Educação de Poção de Pedras/MA, sobre a necessidade de reorganização dos calendários escolares em virtude da suspensão das aulas presenciais, para o cumprimento da determinação legal de ofertar aos alunos da rede municipal de ensino a carga horária mínima, distribuída em 200 dias letivos, com atividades escolares e práticas pedagógicas remotas que se fizerem necessárias, no intuito de minimizar os impactos decorrentes da Pandemia COVID-19.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, pelo Promotora de

Justiça signatária, no exercício das atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas pelos arts. 129, da Constituição Federal; 26, V, e 27, parágrafo único, IV, da Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Carta Magna c/c art. 1º, caput, e art. 94, caput, da Lei n.º 8.625/93 e art. 1º, caput, da Lei Complementar Estadual n.º 13/91);

CONSIDERANDO que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma do artigo 6º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” – artigo 205 da Carta Magna;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social e ainda expedir recomendações, “para melhoria dos serviços públicos e dos serviços de relevância pública” (CF/88, artigo 129, III, e art. 27, IV, da Lei Complementar n.º 13/1991);

CONSIDERANDO que sob o ponto de vista constitucional, no Brasil, a educação tem status de direito fundamental indisponível (CF/88, art. 208, §1º), notadamente no que tange à educação básica dirigida a crianças e adolescentes, dada a instituição do regime constitucional de proteção integral (MARQUES, 2004.461) [1];

CONSIDERANDO que, segundo as disposições do artigo 205 da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que, conforme determina o artigo 206 da Constituição Federal, são princípios que devem orientar a ação administrativa dos entes federados no sentido da concretização do direito à educação, entre outros, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (inciso I) e a garantia do padrão de qualidade (inciso VII);

CONSIDERANDO que o ordenamento jurídico pátrio define a obrigação dos responsáveis legais de zelar pelo bem-estar do educando, devendo, obrigatoriamente, promover a matrícula deste na rede pública ou privada de ensino, (ECA, art. 55), a fim de que possa acompanhar o processo educativo formal, sob pena de intervenção do Ministério Público, instituição constitucionalmente responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que, conforme determina o artigo 3º, inciso I, da LDB, o ensino será ministrado, entre outros, pelo princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

CONSIDERANDO a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da doença (Covid-19) causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), e o anúncio da OMS de uma pandemia do novo coronavírus, em 11 de março de 2020, pelo aumento no número de casos e a disseminação global;

CONSIDERANDO a declaração de Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, dada pela Portaria MS nº. 188, de 3 de fevereiro de 2020, nos termos do Decreto no 7.616, de 17 de novembro de 2011, que definiu o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional de gestão coordenada de respostas à emergência na esfera nacional, cujo controle recai sobre a Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS/MS;